



PRIMEIRO
MINISTRO

**ALOCUÇÃO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
E MINISTRO DA DEFESA E SEGURANÇA
KAY RALA XANANA GUSMÃO POR OCASIÃO DA REUNIÃO COM OS
PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO DE TIMOR-LESTE**

**“Construção do Estado para a próxima década: Uma reflexão sobre a
experiência e expectativas de Timor-Leste sobre a construção do
Estado”**

**19 DE JUNHO DE 2013
DILI**

Excelências
Senhoras e Senhores,

É com grande honra e satisfação que Timor-Leste acolhe, mais uma vez, a reunião com os nossos Parceiros de Desenvolvimento. Estas reuniões anuais fazem já parte da história de Timor-Leste e resumem de certa forma o nosso percurso desde que nos tornámos independentes.

Mais uma vez, parceiros e amigos de várias partes do mundo vêm discutir e avaliar connosco os nossos desafios, os nossos planos e a nossa visão para o futuro.

É com muita satisfação que dou também as boas-vindas à Dra. Heyzer que foi nomeada Conselheira Especial não-residente para Timor-Leste pelo Secretário-Geral das Nações Unidas e que irá apoiar Timor Leste nos seus esforços de construção da paz e do Estado e de desenvolvimento sustentável.

É também uma honra poder trabalhar com a Dra. Heyzer presidindo à 69ª sessão da Comissão Económica e Social para a Ásia-Pacífico das Nações Unidas. No decorrer deste ano, nesta função, teremos o privilégio de trabalhar no âmbito da ESCAP com as nações da Ásia-Pacífico para progredir ainda mais a nível regional e contribuir para o desenvolvimento humano.

Muito obrigada a todos pela vossa presença e sobretudo pela vossa dedicação à causa do desenvolvimento de Timor-Leste.

Para começar, gostaria de convidar a todos para uma reflexão sobre o tema 'construção do Estado'.

Timor-Leste insiste no conceito de 'construção do Estado' porque, apesar de jovem, percebeu que, pelo mundo fora, existem Estados com mais de meio século de existência, mas que são considerados Estados frágeis.

Estamos ainda a assistir a grandes abalos sociais e políticos, questionando a legitimidade dos Estados, tanto no Médio Oriente (Iraque, Afeganistão e, agora, na Síria) como no Norte da África (Tunísia, Líbia e Egito).

Todos sabem que Timor-Leste é um dos 49 países menos desenvolvidos e é também um dos 35 países frágeis ou afectados por conflitos.

Qual é a diferença entre esses Estados frágeis, alguns deles até considerados Estados falhados, e os Estados (como Iraque, Afeganistão e Síria) onde as intervenções internacionais, para apoiar a democratização e os direitos humanos, ajudaram ou estão a ajudar a destruição destes países, no seu tecido social, nas suas infra-estruturas e na sua viabilidade como Estado?

Notícias da Irlanda do Norte, da Cimeira do G8 que terminou ontem, indiciam esperanças de que os líderes mundiais, finalmente, tentam encontrar soluções por via do diálogo e com envolvimento de todas as partes.

Mas, como teremos que olhar para os grandes problemas sociais (e políticos) em países como Portugal, Espanha, Chipre e talvez a França e a Itália?

Será a Grécia um Estado falhado, já que até os *media* públicos estão encerrados? Será, agora, a Turquia um candidato a Estado frágil, na Comunidade Europeia?

Um pouco em todo o mundo, alguns países, com enormes reservas de recursos naturais (explorados por multinacionais), enfrentam graves problemas de fragilidade e insegurança, quando esses recursos os poderiam tornar viáveis e economicamente sustentáveis.

É pena que, depois de tantas dezenas de anos, a comunidade internacional não tivesse conseguido resolver as questões de fundo desses países sustentando Estados frágeis.

É de lamentar que os centros de decisão mundiais não tenham sido capazes de analisar com clareza as consequências dos seus actos, para se evitar chegar à incongruência do apelo, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, de assistência de uma quantidade de 5 biliões de dólares para os refugiados sírios.

Ficámos aliviados a ouvir o Primeiro-Ministro britânico, David Cameron, anunciar que o G8 vai doar 1.5 biliões de dólares para a ajuda humanitária aos refugiados sírios.

E isto tudo acontece, Senhoras e Senhores, quando mais de 1.5 biliões de pessoas, no mundo subdesenvolvido, passam fome, doença, exclusão, violência e conflitos sociais!

Com a espiral de conflitos, aceites e consentidos em defesa da democracia e dos direitos humanos, não estamos capazes de perspectivar sucessos para a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, que apareceu para remendar o programa dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, de 2000. Nem a grande crise financeira mundial nos permite alimentar grandes esperanças de que a Agenda de Desenvolvimento pós-2015 venha a ser realizável, a médio prazo!

Coloco estas questões todas para que nós, os timorenses, possamos entender que um processo de ‘construção do Estado’ não é uma tarefa fácil. Coloco estas questões para que nós, os timorenses, possamos também compreender que a governabilidade de Estados, desenvolvidos e com séculos de existência, depende também dos seus próprios problemas, que trazem dentro de si, e esses problemas são, social e economicamente, muito sérios – como estamos a ver pela Europa fora.

Foi exactamente para responder à nossa própria pergunta do ‘porquê... isto tudo?’ que está a acontecer no mundo globalizado e neste mundo de enormes avanços tecnológicos, é que, em Abril de 2010, promovemos uma Conferência Internacional sobre ‘Construção da Paz e Construção do Estado’, a partir do qual se formou o ‘g7+’, defendendo um ‘Novo Arranjo’ na sua relação com os parceiros de desenvolvimento.

Como jovem membro das Nações Unidas, sentimos que era também nosso dever contribuir para a correcção dos mecanismos utilizados para lidar com os países pobres e fracos.

Essa correcção passa necessariamente pela aquisição, por parte dos próprios países, da responsabilidade de se examinarem a si próprios e, das análises efectuadas, conhecer as deficiências, as falhas, as lacunas e os erros cometidos, com o propósito firme de os debelar, num processo de programas continuados.

Mas este processo deve pertencer ao próprio país que, na sua prossecução, assumirá o princípio de ‘pertença e liderança’.

Foi até guiados por esta perspectiva, de ‘pertença e liderança’, que nas difíceis circunstâncias de 2008, decidimos que a UNMIT/UNPOL e as ISF se mantivessem quietos nos seus acantonamentos, para que as F-FDTL e a PNTL pudessem assumir a responsabilidade total pela solução dos problemas da crise, que era nossa, dos timorenses. Logo após resolvida a crise, devolvemos àquelas organizações internacionais as suas competências, dando assim início ao processo da reforma das nossas duas instituições de segurança.

O primeiro objectivo assumido, na altura, era o de ‘sair da fragilidade’, em termos de instabilidade política e social, que se reflectia na insegurança das nossas populações e dos seus bens. E conseguimos-lo.

E quando celebrámos os primeiros dez anos, como Estado soberano, pudemos incutir no nosso povo uma nova sensação de segurança, permitindo que houvesse uma

nova confiança no futuro desta nação. A saída da UNMIT e das ISF, no final de 2012, só confirmou este sucesso, de que foram participantes activos.

O segundo objectivo era reforçar as instituições básicas do Estado, com a perspectiva de formação e capacitação gradual e contínua de quadros para que, num prazo mais ou menos longo, estejam seguramente capazes de, por si, responderem aos problemas e aos desafios da nação.

Sáidos da crise de 2006-2008, (que peritos, com larga experiência na solução de crises em vários países, previram que só depois de 2018 teríamos podido resolver os nossos problemas), iniciámos um processo longo de preparação do nosso futuro, como Estado e como Nação. Tomámos consciência de que devíamos sair do quadro de produzirmos, cada ano, Planos de Acção Anual que não nos levariam a parte nenhuma.

Assim, em 2011, após uma consulta extensiva a todo o país, foi aprovado um Plano Estratégico de Desenvolvimento, que cobre os próximos 20 anos.

Para além disto tudo, um princípio orientador muito importante foi o de que se deve ter sempre em conta a realidade social, cultural, económica e política de Timor-Leste.

Só esta clara consciência da nossa própria realidade pode libertar-nos da 'sensação de culpa', se é que existe, de não concordarmos com análises que não reflectem estas peculiaridades do nosso processo, porque nos exigiriam calçar botas maiores que os nossos pés. Ou, como pode vir a acontecer todos os anos, recusarmos ajudas dos parceiros, quando não integradas nos nossos próprios programas anuais.

Estou a ler o Relatório do 'International Crisis Group' e uma primeira impressão é a de que os peritos do ICG continuam com uns parâmetros de análise que seriam mais aplicáveis num Iraque, num Afeganistão, numa Síria e na Guiné-Bissau e no Mali, por exemplo.

Excelências,

Nestes dez primeiros anos de existência como Estado soberano, a luta contra a pobreza foi assumida como Causa Nacional, até que ela seja erradicada em Timor-Leste. Para isso, os esforços estão orientados para políticas sociais e económicas para reduzir as desigualdades sociais em termos de educação, saúde e criação de emprego.

Estamos conscientes dos ainda grandes desafios que se nos colocam, antes de conseguirmos alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Para isso, o V Governo Constitucional delineou, para os 5 anos do seu mandato, as grandes linhas para o cumprimento do Plano Estratégico de Desenvolvimento, o qual, por si também, vai motivar o desenvolvimento de actividades em torno da redução gradual, para a erradicação total da pobreza, a médio prazo.

Como instrumento complementar, temos o Censo de 2010, realizado de forma a mostrar com objectividade as condições reais de vida de cada agregado familiar, o que nos ajudará a, periodicamente, estabelecer a diferença em termos de progressos alcançados.

Excelências,

Embora o Plano Estratégico de Desenvolvimento tenha como quadro temporal do ano 2011 ao ano 2030, e embora tenhamos começado com as pesquisas e os estudos no seu devido tempo, 2012 foi um ano pleno de actividades eleitorais que não permitiram dar uma garantia de continuidade aos grandes projectos, como seria de esperar.

O V Governo Constitucional tomou posse em 8 de Agosto de 2012 e o seu Programa de 5 anos foi aprovado em 12 de Setembro do mesmo ano. Assim, devo mesmo dizer que, de certa forma, o Programa do V Governo Constitucional é o programa do primeiro quinquénio do Plano Estratégico de Desenvolvimento.

Na apresentação deste Programa, no Parlamento Nacional, lembrei aos legisladores e a todos os timorenses que planear não é uma tarefa fácil, sobretudo quando existem tantas e tão diferentes prioridades. Planear o desenvolvimento nacional é como gerir uma teia complexa de desafios. Isto porque não é possível abordar todas as prioridades ao mesmo tempo, não esquecendo por outro lado as nossas limitações em termos de recursos humanos especializados e a estagnação dos nossos sectores produtivos.

Para estes 5 anos, o Governo colocou especial ênfase no Desenvolvimento do Capital Social, porque reconhece que a verdadeira riqueza de qualquer Nação está no seu povo e, assim, o Governo vai empenhar-se na maximização da prestação de serviços nos sectores da saúde, educação e na qualidade de vida geral dos timorenses, como condição para uma sociedade justa e progressiva.

Na mesma medida, o Governo está consciente de que, para desenvolver a nação, para construir uma economia moderna e produtiva e criar emprego, é fundamental construir as infra-estruturas básicas e, neste sentido, tem um programa abrangente para estradas e pontes, para água, saneamento e esgotos e para portos e aeroportos.

Por outro lado, o Governo considerou o estágio emergente do sector privado nacional e o facto de haver pouca diversificação económica, com uma concentração excessiva na produção agrícola, que carece mesmo assim de maior expansão e de melhor produtividade. O governo pretende explorar o forte potencial económico, desde a agricultura, pecuária e pescas ao turismo.

O Governo pretende encorajar a constituição de cooperativas e o desenvolvimento da agro-indústria, ao mesmo tempo que vai implementar o Plano Nacional de Desenvolvimento dos Sucos, dando continuidade e com realce à qualidade dos Programas de Desenvolvimento Descentralizado.

Para que se possa conseguir todos estes objectivos, há a absoluta necessidade de melhorar a gestão administrativa e financeira do país, como garantia para a boa governação. Assim, o Governo vai prestar assistência às instituições do Estado, promovendo a capacitação operacional da administração pública, para que as instituições possam adoptar, nos seus actos, o sentido de rigor, de transparência e de responsabilidade.

Também o Governo está ciente da necessidade de aproximar a administração pública aos cidadãos, a fim de proporcionar uma melhor prestação de serviços, e ao mesmo tempo permitir uma participação democrática local mais efectiva. Promovemos debates públicos nos 13 distritos, para que todos os timorenses se apercebam de que estabelecer um município não significa estabelecer apenas uma estrutura, com o risco de se tornar um peso para o orçamento do Estado. Há que proceder a programas de treinamento e capacitação, a fim de que as estruturas que venham a ser criadas possam responder aos problemas e aos desafios que cada município vai necessariamente enfrentar.

Nós aderimos à ideia de um novo paradigma de desenvolvimento. Nós, os timorenses, queremos sair dos simples cálculos estatísticos e matemáticos, quanto ao resultado das nossas acções, somente para justificar os investimentos a que nos propomos.

E para tornar este novo paradigma numa acção de combate eficaz e sustentado à pobreza, o Dr. Mari Alkatiri está neste momento a liderar o dossier de tornar Oecusse numa Zona Especial de Economia Social de Mercado.

Excelências,

Sabemos que país nós queremos ser, isto é, onde queremos estar daqui a dez anos. Queremos ter uma população mais saudável, mais instruída e com mais oportunidades para desenvolver uma actividade profissional e que possa garantir o seu bem-estar num ambiente estável e seguro, política e socialmente.

Num espaço de uma década, queremos ter um serviço de saúde que possa já oferecer cuidados de saúde especializados, uma vez que os serviços primários estarão garantidos com a existência de Postos de Saúde com um ratio adequado a todo o território.

Queremos que o investimento na educação seja transversal, a todos os níveis de ensino e a todos os sectores sociais, incluindo uma atenção específica aos grupos mais frágeis e socialmente marginalizados. A todos os níveis de ensino e com relevância à capacitação técnico-profissional, porque queremos que os jovens timorenses encontrem, no espaço nacional, alternativas sólidas para a sua formação, com a oferta de um ensino superior integrado e articulado com o sector empresarial, que permita oferecer uma primeira experiência de trabalho.

Um dos pilares fundamentais é a melhoria substancial das nossas infra-estruturas, que são por si só base primária do nosso crescimento económico e da melhoria das condições de vida de todos os timorenses. A elevação de qualidade das nossas estradas aos padrões internacionais permitirá a mobilidade de pessoas, bens e serviços sem a qual o país, como um todo, não poderá crescer. Existirão redes públicas de água e saneamento abrangendo todos os lares, num esforço essencial de melhorar a salubridade nacional.

O desenvolvimento das infra-estruturas irá também responder ao princípio da racionalidade energética, por uma aposta firme nas alternativas renováveis de energia que permita que pelo menos metade das necessidades desse sector seja coberta por fontes renováveis.

Ainda no sector das infra-estruturas, daqui a dez anos teremos assegurado, em vários pontos do país, os portos e aeroportos, imprescindíveis para um crescimento integrado, nomeadamente para fazer da costa sul um pólo de desenvolvimento primário

do nosso país, capitalizando assim o sector petrolífero. Prevemos assim que, daqui a dez anos, tenhamos a Plataforma de Abastecimento do Suai em funcionamento e o projecto de Refinaria de Betano em avançado estágio de construção.

Em dez anos, a aposta feita em sectores como o petróleo e outros recursos naturais, motivará a diversificação da economia pelo fortalecimento dos sectores tradicionais como a agricultura, pecuária e pescas. Prevemos que, em dez anos, teremos já o sector da pecuária e das pescas orientado para a exportação e que a produção de alimentos terá aumentado de forma que a sua oferta ultrapasse a procura.

Timor-Leste dispõe igualmente de outras riquezas inigualáveis, como a beleza das suas montanhas e da sua diversificada linha costeira e a profundidade da nossa cultura e tradições. Esse legado tem um potencial imenso, como base para o crescimento sustentável do nosso sector do turismo que, em dez anos e com a ajuda de uma rede de infra-estruturas melhoradas e empresas locais em funcionamento, permitirá acolher visitantes em todo o território nacional.

A multiplicação das empresas locais é aliás uma das metas cruciais que norteiam o Programa do V Governo Constitucional. Sabemos que, para um crescimento equilibrado de todo o país, é necessário estimular um sector privado dinâmico e empreendedor, que conte com uma estrutura sólida que permita gerar emprego e criar meios de subsistência sustentáveis para todos os timorenses. Em dez anos, queremos que essa estrutura seja composta por vários pilares, como um Banco de Desenvolvimento, uma Agência de Investimento, um Banco Comercial operacionalmente forte e um quadro legal eficiente no que respeita ao direito de propriedade, direito de terra e lei de trabalho.

Não apenas no estímulo ao sector privado, mas em todo este projecto de ir transformando Timor-Leste num país de rendimentos médio-altos, sabemos que uma das nossas prioridades tem que continuar a ser o reforço do quadro institucional. Esta tem sido uma peça-chave na nossa etapa democrática e queremos, por isso, nesta próxima década, continuar a fortalecer as nossas instituições para dar confiança necessária aos timorenses, aos investidores estrangeiros e aos nossos parceiros de desenvolvimento, de que vale a pena construirmos juntos este país.

No sector da governação, queremos que a transparência e uma cultura de responsabilidade pautem sempre a gestão do bem público. Queremos também que, daqui a dez anos, os Municípios em cada Distrito sejam já uma máquina administrativa em pleno funcionamento, para tornar mais eficaz a governação do país como um todo, corrigindo os desequilíbrios entre as zonas urbanas e as rurais.

Igualmente o sector da Justiça merecerá uma atenção especial. Numa década, queremos que todos os timorenses tenham real acesso a serviços jurídicos eficientes e eficazes, para sentirem que a justiça os protege, que a justiça é imparcial, porque a justiça vela pela equidade de juízos. Queremos um país que assegure igualmente o compromisso com os direitos humanos e a igualdade de género, a todos os níveis da sociedade.

É esta a visão de um país que se quer modernizar a todos os níveis e com acesso generalizado às tecnologias de informação que a fibra óptica, já existente ao redor do país, vai poder proporcionar.

Acreditamos que a nossa adesão à ASEAN será catalisador de um papel diferente de Timor-Leste no mundo, aproveitando os laços privilegiados que temos com os nossos vizinhos da Ásia e do Pacífico, mas também pelo estabelecimento de pontes com outros países irmãos, nomeadamente através do grupo da CPLP. Com a alargamento das representações diplomáticas de Timor-Leste a outras regiões, poderemos apostar em novas vias de diálogo que permitam igualmente favorecer o investimento estrangeiro no nosso país.

Queremos investir numa nova participação do nosso país no sistema internacional, nomeadamente pela adesão a outras esferas de debate e decisão de âmbito multilateral. Queremos também dar um contributo activo na melhoria das políticas internacionais de ajuda e de resolução de conflitos, através de fóruns de diálogo como o 'g7+', que temos orgulho de liderar.

Excelências,

É nosso princípio orientador ter em conta, nas suas linhas gerais, os princípios macro e as doutrinas micro, que serão universais, mas apenas como guia nas nossas políticas anuais e a prazo. A razão fundamental é que estas políticas têm que reflectir as necessidades actuais e reais do nosso país.

As teorias macroeconómicas não conseguiram resolver a grande crise financeira mundial. O mundo de hoje necessita de uma doutrina mais humana, para se poder libertar dos cálculos matemáticos, em termos de dinheiro, que define o PIB estatístico das nações, como instrumento para avaliar e separar os ricos dos pobres, todos vivendo à custa das especulações de mercado.

Em Fevereiro, coloquei a questão no nosso Parlamento Nacional e, hoje, o Grupo dos 8 Países mais desenvolvidos está a debater o problema da evasão aos impostos de triliões de dólares por ano, nos EUA e na União Europeia.

Sabemos que a inflação será um desafio constante ao nosso crescimento económico, que vai pedir um investimento público considerável.

Os milagres económicos da 2ª. Metade do século passado, muitos deles sem recursos naturais relevantes ou mesmo nenhuns, revelaram uma consistência orientada no investimento público, para a criação de condições básicas de geração de outros tipos de riqueza, mantendo um crescimento económico de dois dígitos e desafiando a inflação também de dois dígitos.

A pergunta que se lhes colocava era entre “how low it should be and how high it can be”, numa busca de soluções adequadas, em cada período de implementação dos seus programas.

O dilema está em escolher entre: parar com os programas de desenvolvimento para prestar atenção à inflação ou prosseguir com os programas de desenvolvimento e fazer esforços para que a inflação não dispare sem o necessário controlo. Nós estamos conscientes dos vários factores, externos e internos, que provocam a inflação no nosso país e, para isso, vamos criar as necessárias condições e os instrumentos capazes para a sua minimização.

Timor-Leste possui uma enorme riqueza em termos de recursos naturais, nomeadamente o petróleo e o gás. Nós sabemos que estes recursos não são renováveis, mas é absolutamente necessário utilizar esses recursos para desenvolvermos o país para que, num futuro mais ou menos longo, consigamos uma economia não dependente do petróleo.

Assumimos, desde o I Governo Constitucional, o compromisso perante o povo de utilizar o dinheiro das riquezas petrolíferas de modo sustentável, para garantia das gerações futuras. Hoje estamos a estudar a melhor forma de diversificar o investimento do nosso Fundo do Petróleo.

Timor-Leste aderiu aos padrões da Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas, sendo o 3º. país no mundo a fazê-lo e o 1º. na Ásia, tendo já dado apoio a vários países que pretendem conhecer melhor a nossa prática.

Excelências,

Acreditamos vivamente neste projecto. Acreditamos na visão que temos para Timor-Leste, antes de mais porque conhecemos o nosso país de lés a lés e conhecemos a determinação do nosso povo, quando sabe o futuro que o espera.

Sabemos que os desafios que temos pela frente são imensos e que só serão superados num esforço colectivo de desenvolvimento integrado e sustentável.

Espero que os parceiros de desenvolvimento aqui presentes aceitem este desafio de acreditarem connosco nesta visão, neste projecto. Chegámos até aqui pela conjugação justamente dessa determinação nacional com o apoio firme da comunidade internacional. Acreditamos que se continuarmos este caminho juntos, hoje como ontem, poderemos continuar a fazer de Timor-Leste o país que todos desejamos venha a ser.

Muito obrigado.

19 de Junho de 2013
Kay Rala Xanana Gusmão